

Cimeira Maputo/UA: Urgência de novos ventos impõe novo realismo

António Mateus ¹

**AFRICAN SECURITY ANALYSIS PROGRAMME
SITUATION REPORT, 02 JULY 2003
BY INVITATION**

A urgência de renascimento africano num Mundo cada vez mais competitivo e global impôs ao fim de 40 anos de existência a reforma da organização continental (OUA) numa estrutura munida de instrumentos de intervenção real. A União Africana (UA), desenhada e concebida em moldes próximos da sua congénere europeia, deu os seus primeiros passos formais há pouco menos de um ano, na Cimeira Constitutiva de Durban, onde 52 países (Madagascar não o pôde fazer por estar suspenso) formalizaram a substituição da OUA por uma nova estrutura com outro alcance.

Se a Organização de Unidade Africana (OUA), estabelecida a 25 de Maio de 1963 em Adis Abeba, cumpriu o objectivo primordial da sua fundação; a luta pela auto-determinação de todo o continente e a unidade - ainda que, aqui e ali, fechando os olhos a ditaduras e atropelos aos direitos humanos - a última década, particularmente após o fim do apartheid (1994), reduziu-a à retórica. Isto, não tanto por falta de empenho de líderes mais pragmáticos e com uma visão aberta do Mundo mas principalmente pela escassez de meios financeiros (desbaratados, nuns casos, e inexistentes noutros) e de instrumentos vinculativos dos diferentes Estados-membros a um projecto colectivo eficaz.

O chamado Comité de Revisão da Carta da OUA, estabelecido para estudar e propor as reformas estruturais e funcionais a moldar na União, teve por premissa o reconhecimento de que a "crescente realização da necessidade de mais eficiência e efectividade da organização requeria atenção urgente". E ainda, "a necessidade de integrar as actividades políticas da OUA com as questões económicas e de desenvolvimento, tal como são articuladas no Tratado de Abuja", impondo maior celeridade ao processo, por este apontado, de estabelecimento da Comunidade Económica Africana.

O peso do primeiro passo de operacionalização destes objectivos, lançado há 11 meses na Cimeira de Durban, teve já o efeito "eficaz" de deixar a nú os líderes que ainda não perceberam a nova dinâmica que se lhes impõe e os povos africanos lhes exigem. Poucos e ainda insuficientes (é necessária uma maioria simples de 27) são os

¹ António Mateus, enviado da Agência Lusa.

países que já depositaram os instrumentos de ratificação da nova estrutura, condição prévia à entrada em funcionamento de órgãos como o Conselho de Segurança e Paz, cruciais numa plataforma onde o fim dos conflitos é um pré-requisito ao renascimento africano. A menos de uma semana do início da Cimeira de Maputo - ainda ao nível do Comité de Representantes Permanentes (Embaixadores) - nem mesmo a criação do Parlamento Pan-Africano (PAP) somava ainda o número mínimo de países necessários ao respectivo arranque formal.

A visão e empenho assumidos nesta reforma por Chefes de Estado como o moçambicano Joaquim Chissano, o sul-africano Thabo Mbeki e o nigeriano Olusegun Obasanjo, tropeçam no lugar secundário em que esta ainda se arruma nas prioridades de parte substancial dos líderes continentais. Para os afro-cépticos, essa será a resposta óbvia de quem não vê com bons olhos a adopção de um sistema onde a transparência, a boa-governança e o respeito pelos direitos humanos e pela democracia se tornam supremos, na prática diária.

No termo do exercício da sua presidência da União, Pretória é mais magnânime, vê antes aqui mais outro "sinal da especificidade africana", onde a noção de tempo assume outros contornos e, qualquer altura, mesmo já em Maputo, será boa para se formalizar, em poucos dias, o protelado em 11 meses. Mas o facto é que a urgência de um ataque frontal aos problemas prevalecentes no continente, como a SIDA, a pobreza e a escassez alimentar, e a voracidade de um Mundo cada vez mais competitivo, impõem a troca da retórica por acção imediata e eficaz.

Em termos gerais, os objectivos da UA são mais compreensivos que os da OUA e assentam numa estrutura concebida para responder às actuais necessidades do continente, incluindo, entre as suas prioridades, a aceleração da integração política e socio-económicas dos Estados-membros. Mas o principal desafio lançado será o rasgar do carácter abertamente "Estado-cêntrico", assumido pela OUA, a uma maior participatividade da sociedade civil e à cooperação das organizações não-governamentais, sindicatos, e organizações empresariais, única forma de viabilização do projecto de renascimento continental, a NEPAD.